



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Procuradoria Geral do Estado - PGE

**TERMO ADITIVO**

**5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0997/SESAU/PGE/2022**, QUE CELEBRAM O ESTADO DE RONDÔNIA, DE UM LADO, ATRAVÉS DA **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESAU**, E, DE OUTRO, EMPRESA **CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA.**, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

CONTRATANTE: **ESTADO DE RONDÔNIA**, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, apoiado pelo **FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE**, inscrito no CNPJ/MF nº 00.733.062/0001-02, com sede na Avenida Farquar, 2.986 – Complexo do Palácio Rio Madeiras (Prédio Rio Machado), Bairro Pedrinhas - Porto Velho/RO, neste ato representada pela Secretária de Estado da Saúde, **Sr. Adriano Flores Messias da Silva**, Portadora do CPF/MF n. XXX.XXX.XX-XX, na forma prescrita no art. 41, IV, da Lei Complementar nº 965 de 20 de dezembro de 2017 c/c 171 da Lei Complementar nº 965 de 20 de dezembro de 2017, alterado pela Lei Complementar nº 1.127, de 23 de dezembro de 2021.

CONTRATADA: **CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA**, CNPJ/MF nº 60.742.616/0002-40, com sede na BR 364, km 17, S/N, no município de Porto Velho, neste ato representado pela sua administração, Sra. **Lina Maria Ambiel**, inscrito no CPF/MF nº XXX.XXX.XXX-XX, de acordo com os documentos que lhe são outorgados (0033432333/ 0034554184/ 0034554227/ 0046818122).

Considerando a Emenda Constitucional 127/2022.

Considerando a Portaria GM/MS 1.135/2023 (0041961247).

Considerando a Portaria 4.073/2023/SESAU-RO (0041477301).

Considerando a Portaria GM/MS Nº 3.113, de 22 de janeiro de 2024 (0045776577).

Considerando a Portaria GM/MS Nº 3.206, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024 (0046501740).

Considerando a instituição do piso salarial nacional da enfermagem pela Lei 14.434/2022.

Considerando a necessidade e a conveniência da Administração em prorrogar o **Contrato nº 0997/SESAU/PGE/2022 (0034546411)**, firmado entre o Estado de Rondônia, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, e a empresa **CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA.**, cujo objeto a prestação de serviços de reabilitação auditiva, física e oficina ortopédica, com serviço habilitado como Centro Especializado em Reabilitação (CER Tipo II) e Oficina Ortopédica no Estado de Rondônia, para atender as necessidades da pessoa com deficiência do Estado de Rondônia, de forma complementar e contínua, **por um período de 12 (doze) meses**, com fulcro no art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Considerando a Informação nº 29/2023/SESAU-CFES (0041974710), a Informação 10/2024/SESAU-CFES (0046552294), o Despacho (0046815208), devidamente assinado pelo Gestor Executivo da SESAU, e o que mais contar no Sei n. 0036.380880/2021-12, resolvem alterar o mencionado termo contratual nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira:** Fica registrada a atualização dos valores referente a **assistência financeira** da União, de acordo com o quadro abaixo e com as Portarias GM/MS 1.135/2023, 3.113/2024 e 3.206/2024.

Entidade	CNES	Valores já Recebidos do Fundo Nacional da Saúde	Estimativa 2024	Total 2024
----------	------	---	-----------------	------------

		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	13º Salário	
HOSPITAL SANTA MARCELINA DE RONDONIA	2807092	R\$ 165.718,68	R\$ 166.406,40	R\$ 166.406,40	R\$ 166.406,40	R\$ 166.406,40	R\$ 166.406,40	R\$ 166.406,40	R\$ 166.406,40	R\$ 166.406,40	R\$ 166.406,40	R\$ 166.406,40	R\$ 166.406,40	R\$ 166.406,40	R\$ 2.162.595,48

**Cláusula Segunda:** A Contratada não tem direito subjetivo à assistência financeira e o repasse deve ser promovido mediante a celebração de termo aditivo pela Contratante, bem como com o cumprimento das seguintes condições:

- a) Cumprimento das exigências da Portaria GM/MS 1.135/2023, Portaria GM/MS 3.113/202, Portaria GM/MS 3.206/2024 e Portaria 4.073/2023/SESAU-RO;
- b) O repasse do período retroativo à contratada - janeiro e fevereiro/2024 **poderá ser realizado, à vista da Declaração de Adequação Financeira 0046976717**, em obediência à Lei 4.320/64, na seguinte programa orçamentária - 17.012.10.302.2034.4004, Fonte de Recurso - 1.605.0.000001 e 2.605.0.000001, Elemento de despesa - 3.3.90.39;
- c) Os valores estimativos **(março a dezembro/2024)** deverão ser confrontados e adequados, se for o caso, com a futura normativa do Ministério da Saúde que estabelecer os valores e seu repasse também **só deve ocorrer se houver o repasse da União ao Estado, bem como existência de lastro orçamentário e financeiro para custeio da despesa.**

**Cláusula Terceira:** A entidade deve manter em arquivo, pelo prazo de cinco anos, os documentos comprobatórios da realização do pagamento da complementação aos profissionais beneficiados.

**Cláusula Quarta:** Permanecem inalteradas as demais cláusulas naquilo que não colidir com o presente termo aditivo.

Para firmeza e como do acordo, é digitado o presente Termo Aditivo, o qual depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias, para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado.

Porto Velho, data e hora do sistema.

Secretária de Estado da Saúde  
(assinado eletronicamente)

Empresa/Contratado (a)  
(assinado eletronicamente)

**Termo elaborado na forma do art. 23, da LCE 620/2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.**



Documento assinado eletronicamente por **Lina Maria Ambiel, Usuário Externo**, em 03/04/2024, às 12:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Flores Messias da Silva, Secretário(a) Executivo(a)**, em 03/04/2024, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Horcades Hugues Uchoa Sena Junior, Procurador do Estado**, em 04/04/2024, às 08:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046892115** e o código CRC **D3FA4286**.